

Cabral: grupos querem parar Constituinte

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), afirmou ontem que se a votação não terminar até setembro, "difícilmente, a Constituição será promulgada este ano". Cabral denunciou também a manobra de esvaziamento de plenário que está sendo promovida por "alguns grupos interessados no atraso do processo Constituinte". Mesmo considerando difícil identificar esses grupos, o relator apontou como um "dos mais eficientes, o governista, que com o atraso da Constituinte seria beneficiado com a implantação da reforma tributária somente em 1990 — quando começa o governo do sucessor do presidente José Sarney.

Para Cabral, estas manobras estão "muito claras", apesar de es-

tar sendo apontado como principal obstáculo para conclusão dos trabalhos o início das campanhas para as eleições municipais de 15 de novembro. O relator acredita que a partir do final do mês este será um motivo real para o esvaziamento de plenário, já que não se afastam apenas os candidatos como também os companheiros de bancada que precisam apoiar os que disputam uma vaga nas Câmaras Municipais ou nas prefeituras.

Baseado nisso, Cabral considera praticamente impossível pensar em Constituição ainda este ano, caso os trabalhos não avancem bastante até o final deste mês. Ele prevê um esvaziamento quase total a partir de setembro, que poderá se configurar em recesso branco no mês de outubro, quando os deputados e senadores estarão empenhados exclusivamente nas campanhas eleitorais.

Manobras

O relator Bernardo Cabral considera "mais perigosa", no entan-

to, a manobra de esvaziamento de plenário que está sendo articulada "por grupos interessados no atraso do processo Constituinte". Afirma que não tem "condições de identificar estes grupos", advertindo que é necessária uma ação imediata para acabar com estas manobras que poderão ser "danosas para o futuro do País".

O único grupo identificado por Bernardo Cabral é o governista. Na sua opinião, a ação deste grupo tem um único objetivo: evitar que a reforma tributária prevista no texto constitucional seja aplicada no governo do presidente José Sarney. Como o texto aprovado prevê o início da reforma para o ano seguinte ao da promulgação da Constituição, é de interesse do governo protelar, o quanto for necessário, a conclusão dos trabalhos. Assim, se a votação não terminar até setembro, os governistas poderão ter certeza que a receita administrada pela União não será diminuída durante o governo Sarney.



Ulysses pode fazer denúncia hoje

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, vai denunciar a existência de um plano de sabotagem aos trabalhos da Assembleia, se, hoje, tornar a faltar quorum para votação da futura Carta Magna brasileira.

Ulysses anunciou, ontem, a alguns constituintes de suas relações, que considerou a ausência de quorum à sessão da Assembleia, nesta segunda-feira, conseqüência do comparecimento dos congressistas às convenções municipais de seus respectivos partidos.

Persistindo, no entanto, a falta de número, na sessão de logo mais, Ulysses prometeu "endurecer" contra os faltosos, podendo até divulgar, diariamente, a relação dos parlamentares que não comparecerem às sessões.

Hoje cedo, Ulysses terá uma reunião com os líderes dos vários partidos, para tratar desse assunto.

Pelo que deu a entender, nas

conversas com seus amigos, Ulysses começa a temer que existem grupos articulados, contra a conclusão da Constituinte. No final da última semana, admitiu-se que existem dois grupos de interesses, contrários ao encerramento dos trabalhos da Assembleia. O primeiro grupo é dos constituintes que não querem dois turnos nas eleições municipais de novembro próximo, previstos no projeto constitucional ora em votação. O segundo grupo é o de constituintes ligados ao governo, que — segundo se fala — pretendem impedir que a reforma tributária prevista na futura Carta entre em vigor no próximo ano.

Alternativa

A pressão política dos governadores sobre os constituintes faltosos será a última tentativa que o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, irá adotar visando a garantir o quorum para

concluir a votação em segundo turno do projeto de Constituição. Ulysses admitiu esta providência após encerrar a sessão de ontem à tarde, quando apenas 195 parlamentares estavam presentes em plenário. Para Ulysses a apreciação dos 708 destaques restantes, segundo seus cálculos, poderá ser concluída nos próximos 20 dias com uma média de 60 votações diárias.

Mas esta previsão foi recebida com apatia por alguns constituintes. O vice-líder do PT, deputado José Genoíno, por exemplo criticou a negligência da Mesa da Assembleia que, para ele, não adota medidas rígidas e punitivas aos faltosos. Genoíno também denunciou, juntamente com o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), a existência de uma manobra golpista que procura obstruir as votações. "Não podemos compactuar com esta conspiração", frisou o constituinte pernambucano.

Centrão admite atraso deliberado

Ao mesmo tempo em que nega a existência de manobras para atrasar as votações do projeto de Constituição, a ala conservadora da Constituinte confirma que o atraso ocorre deliberadamente, em função da inexistência de acordo sobre pontos que a direita quer eliminar do projeto. Deputados como Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), José Lins (PFL-CE) e José Lourenço (PFL-BA), todos do Centrão, apontam a falta de quorum como conseqüência de não terem conseguido até agora a eliminação de "alguns pontos" que eles consideram inaceitáveis.

Ontem mesmo, preocupado com mais um atraso nas votações, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reuniu-se a portas fechadas com o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e o líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), para estudar formas de "apressar os trabalhos". O deputado José Lins dizia, pouco antes disso, que está se verificando na Assembleia a "síndrome da confrontação" e sugeriu que os "temas polêmicos" sejam separados para votação em bloco, como única forma de os trabalhos prosseguirem no ritmo desejado.

A reunião entre Ulysses, Jobim e Cabral foi tensa, segundo deixou transparecer Cabral à saída do encontro, recusando-se a falar com os repórteres. Distante da reunião, Roberto Cardoso Alves aparentava calma ao sair do gabinete de José Lourenço, dizendo-se "surpreso" com a falta de quorum, "pois sai de São Paulo por volta das 13h00 e o avião estava cheio de parlamenta-

res". Mesmo "surpreso" com o número insignificante de constituintes presentes ao Congresso, Cardoso Alves acabou concluindo que haverá dificuldades para votação "enquanto eles (os progressistas) não cederem em uns dois ou três pontos", entre os quais destacou a jornada de seis horas para trabalho em turno ininterrupto de revezamento e o tratamento prioritário para empresas nacionais, que os conservadores querem eliminar. Citou também a questão da comercialização de sangue e hemoderivados, "que está praticamente resolvida", e outro ponto que setores da esquerda também querem eliminar: a anistia de débitos fiscais e correção monetária.

Desencanto

O líder do PFL, José Lourenço, também foi taxativo: "A existência de acordo é fundamental para que haja quorum", mas recusou-se a admitir que nisso estava implícita a disposição prévia de não comparecer a plenário. No mesmo tom, José Lins garantiu que ninguém votará os pontos polêmicos enquanto não houver quorum alto, pois isso levaria a uma dificuldade quase insuperável de se obterem 280 votos para derrubar qualquer dispositivo. "Não digo que a ausência seja proposital", justificou-se Lins —, mas apenas que está se verificando um desencanto com a falta de um entendimento maior". O parlamentar do Centrão insiste na necessidade de um acordo global para que todos os pontos "conflitantes" sejam votados separadamente. "Todos os partidos — sugere — poderiam citar os pontos de seu interesse, e num confronto entre todos se chegaria a 30 ou 40 temas em comum. Enquanto não ocorrer isto, haverá dificuldade para votar", adverte José Lins.

Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães discorda de José Lins, argumentando que "há matérias a serem votadas", já na pauta, em decorrência dos últimos acordos fechados. Ele prefere atribuir a ausência de constituintes às convenções ocorridas no último fim de semana para escolha dos candidatos às prefeituras, ao mesmo tempo em que comunica que recebeu telefonemas de parlamentares avisando que vãos foram transferidos de horário prejudicando a chegada a Brasília.



Lourenço: "Só com acordo"

Lideranças repudiam críticas à Assembleia

As lideranças partidárias — exceto PFL, PDS e PTB — encaminharam ontem um documento ao deputado Ulysses Guimarães repudiando as declarações do ministro Oscar Correa, do Supremo Tribunal Federal, contra a Constituinte. No documento, as lideranças exigem uma resposta formal da Presidência da Constituinte, que até hoje "não se silenciou diante de declarações impertinentes de ministros, autoridades militares e, inclusive, do Presidente da República". O deputado Ulysses Guimarães preferiu adotar uma postura discreta afirmando que não havia tomado conhecimento das declarações.

No domingo, o ministro Oscar Correa atacou os trabalhos da Constituinte, durante o I Encontro Nacional de Advogados. Afirmou que se a Constituinte não alterar o que foi aprovado em primeiro turno, principalmente em relação aos direitos sociais, "os empregadores não terão condições de pagar as despesas". Acrescentou que isso poderá criar um "clima difícil".

Postura

As declarações do ministro provocaram estranheza à maioria dos constituintes, já que até hoje o STF adotou uma postura discreta — que é lembrada na nota das lideranças. O relator Bernardo Cabral preferiu não comentar as declarações, observando apenas que os ministros do Supremo têm que jurar a Constituição. O vice-líder do PT,

Oscar Correa acha correto dar opiniões

"E dever nosso apresentar críticas antes que se vote em segundo turno", disse ontem o ministro Oscar Dias Correa, presidente do STF explicando as críticas ao projeto constitucional que fez no domingo em reunião na Associação dos Advogados de Minas Gerais. "Cumprir meu dever de ministro do Supremo Tribunal Federal, de jurista e de cidadão", disse Correa, irritado com os que ligam suas declarações à audiência que teve na sexta-feira com o presidente Sarney e com o fato de ser pai do deputado Oscar Correa, presidente do PFL de Minas Gerais.

O ministro disse que na audiência com o presidente da República tratou exclusivamente da liberação de recursos para as eleições municipais de novembro. Negou que tenha recebido convite do presidente para ser ministro da Justiça, no lugar de Paulo Brossard — que seria nomeado para o Supremo Tribunal Federal. "Isso só existe nos jornais", disse o ministro.

Oscar Correa considera que tem todo o direito de criticar o projeto constitucional, "o que todo mundo tem feito". Segundo ele, as críticas ajudarão os constituintes a fazer correções no segundo turno. Disse que não existe acordo entre os ministros do STF no sentido de não fazer críticas à Constituinte. "Isso é ficção".



Ulysses, ontem, deixou o plenário bastante irritado

Moreira mobiliza a bancada

Rio — O governador Moreira Franco está mobilizando a bancada fluminense na Constituinte para votar e aprovar, o quanto antes, o novo texto da Constituição para evitar o estado de insegurança democrática no País. Moreira declarou, em entrevista, que se houver pessoas interessadas em atrasar a promulgação da nova Carta, são os mesmos que querem manter o estado de "instabilidade institucional" e o modelo exportador recessivo como meta de governo.

"Não é a primeira vez que digo isso. Em relação à economia, os artigos que escrevo, as críticas que tenho feito com relação ao modelo exportador recessivo são permanentes. Eu sempre tenho dito, em primeiro lugar, que não vai ser com esse modelo que vamos resolver os problemas brasileiros e, em segundo, seja o Governo Federal, estadual ou municipal, ele gasta, não produz", disse o governador.

Déficit

Por não produzir riqueza alguma e gastar o dinheiro do contri-

buinte, os governos devem investir esses recursos em serviços públicos, não com os encargos da dívida externa, como afirmou o governador Moreira Franco:

"O déficit público no Brasil é decorrência dos encargos financeiros pagos à dívida externa e também à interna. Isso é um estímulo intolerável para a elevação dos juros. E é isso que tem provocado o déficit".

Mas o País ganha tranquilidade, segurança e firmeza para se manter no rumo das transformações sociais e econômicas, com a aprovação do novo texto constitucional, "é um ganho do povo brasileiro", disse Moreira. Com relação à reforma tributária, o governador considera que o texto está pronto e não vai mudar.

"Queiram ou não aqueles que acham que a centralização, as práticas autoritárias deveriam vigir, eles não vão conseguir mudar mais o que já conseguimos, democraticamente, ganhar na Assembleia Nacional Constituinte", concluiu Moreira.



Correa foi convencer Newton

Tesouro aponta mais "déficit"

A Secretaria do Tesouro Nacional identificou no texto atual da futura Constituição mais um ponto de pressão sobre o déficit público, ao permitir aos Estados e municípios o lançamento de títulos de dívida pública, não computáveis para efeito do limite global de endividamento, desde que vinculados ao pagamento de dívidas decorrentes de sentenças judiciais irrecorríveis.

A inclusão do artigo 37 das disposições transitórias do texto deve-se principalmente ao "lobby" dos parlamentares paulistas, já que São Paulo é um dos Estados que, assim como seus municípios, mais tem dívidas por atos de desapropriações ou por indenizações, provocando elevado ônus sobre suas receitas — além de, pela legislação atual, também sacrificar os credores, já que a sistemática vigente faz com que os recebimentos sejam prorrogados parcialmente ano a ano.

Pela redação do art. 37 das disposições transitórias, ressaltados os créditos de natureza alimentar (pensões), o valor das dívidas determinadas por sentença judicial irrecorrível, inclusive o remanescente de juros e correção monetária, poderão ser pagos em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989. Para fazer face a estes dispêndios, o texto constitucional permite que Estados e municípios (ou suas empresas e demais entidades) poderão emitir, em cada ano, títulos de dívida pública, no exato montante do dispêndio, não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

Desvalorização

Pela sistemática atual, estes créditos, calculados até julho do ano corrente, serão pagos, sem juros ou correção monetária, até o final do ano seguinte. Toda a desvalorização do principal, devido à inflação e à não incidência de juros, é então novamente corrigida em julho, para pagamento no ano posterior. Principalmente em época de inflação alta, este procedimento faz com que o débito nunca seja quitado. Se aprovada a emenda, que já tem parecer favorável do relator Bernardo Cabral, desde o primeiro turno de votações, estes débitos serão globalizados e divididos em títulos públicos estaduais e municipais (nos quais já está inclusa cláusula de correção monetária) que, por sua vez, poderão negociar esses títulos na rede bancária.

A Secretaria do Tesouro Nacional, através de sua coordenação de controle financeiro, não dispunha, até a tarde de ontem, do levantamento de que isto representará em termos de elevação do déficit público, e o assessor de imprensa da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Igor Zeltmann, também aguardava que o departamento técnico refizesse os cálculos para saber o montante da dívida corrigida do Estado.

Gasparian em campanha por juros de 12%

Curitiba — O deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP), iniciou ontem, em Curitiba, uma "campanha de esclarecimento" ao empresário nacional sobre o tabelamento dos juros pela Constituição. Gasparian, autor da emenda que fixa o limite máximo de 12% de juros reais ao ano, reuniu-se com cerca de 20 empresários paranaenses e hoje participará de um debate sobre o assunto na Federação do Comércio de São Paulo.

Gasparian afirmou não ter dúvidas de que o tabelamento dos juros será aprovado no segundo turno da Constituinte. "No primeiro turno foram 314 votos contra 112", diz ele, "e para suprimir a emenda seria preciso que muitos deputados tivessem mudado de idéia".

O deputado admitiu que esta é matéria para lei ordinária, mas, afirmou, "mais de 20 deputados já tentaram nos últimos anos obter o teto máximo para cobrança de juros através de lei ordinária e nunca conseguiram, porque com o lobby dos bancos a matéria nunca entrou no ordem do dia". A saída, diz ele, "foi tabelar via Constituinte".

Ele considerou injustas as críticas que ridicularizaram a emenda e garantiu que o tabelamento dos juros será um grande remédio para a economia brasileira, reduzindo o déficit público.

Para Gadelha, fazer ministro está complicado

O presidente José Sarney está diante de um complicado jogo de xadrez". Quem chegou à essa conclusão foi o senador Marcondes Gadelha, que conversou ontem, com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, sobre a indicação dos novos ministros e, também, do governador do Distrito Federal.

O presidente José Sarney conversou ontem, por telefone, com os governadores Newton Cardoso (MG) e Orestes Quércia (SP). Ele quer, segundo um assessor palaciano, levar para o Ministério da Indústria e do Comércio, um

empresário paulista a ser indicado pelo governador de São Paulo. Para isso, o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, foi a Belo Horizonte.

O presidente da República, segundo Gadelha, que esteve, ontem, no Alvorada, está preocupado em não provocar a formação de um foco de desequilíbrio na sua base de sustentação parlamentar.

Desequilíbrio

As nomeações, de acordo com o senador do PFL, recairiam, principalmente, sobre nomes do PMDB. O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique, observou que o Presidente está levando em conta os partidos, e cuidando para que os novos ministros se integrem inteiramente ao Governo, de forma a assegurar a unidade da máquina administrativa.

O ministro Ronaldo Costa Couto, o senador Marcondes Gadelha e o deputado Carlos Sant'Anna disseram, ontem, que o presidente José Sarney deverá anunciar os novos ministros e o governador do Distrito Federal a qualquer momento.